

A ORIGEM DA PRAÇA E AS TRANSFORMAÇÕES FUNCIONAIS NO TEMPO

Bruna Kisathowski Fiss & Mafalda Nesi Francischett

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

DOI: 10.25768/20.04.01.023

RESUMO: O objetivo deste artigo é traçar os aspectos sobre a origem da praça até a constituição no Brasil, como espaço transformado no tempo. Consiste numa revisão de literatura dos principais estudos na área. A praça originária é a Ágora grega, onde se balisaram as primeiras modificações ocorridas nesse espaço público, com função política e para o lazer. Na América do Sul os nativos organizaram a aldeia com uma praça central coletiva, enquanto na Europa o espaço público sofreu modificações relacionadas a estruturação urbana, como espaço de lazer, de política e de trabalho. Na praça indígena há prática de ritos religiosos, reuniões dos chefes para a divisão dos afazeres da comunidade, admitiu função cultural, de trabalho e de política. Houve a apropriação da praça indígena com a colonização portuguesa, assim as primeiras cidades nasceram. E também surgiu em cidades estruturadas no litoral do território. Neste caso, a cidade possuía dois segmentos, a cidade alta com a praça governamental e a cidade baixa com a praça do mercado. Com as transformações históricas a praça brasileira se organizou de modo a acolher a população para o lazer. Mas nem sempre ela desempenhou as mesmas funções, pois o espaço geográfico se transforma dependente do tempo, local e grupo. Assim, as necessidades humanas a transformam para um uso relativo ao tempo, as técnicas, a informação e, conforme a organização pelas estruturas sociais. Entretanto, a praça se constitui, desde seus primórdios, como espaço coletivo, pois a sociabilidade é indispensável para a produção da vida coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Ágora; praça indígena; praça portuguesa; praça brasileira.

Índice		
Introdução	2	
1 A praça no tempo das civilizações	2	
2 A praça indígena brasileira	5	
3 A praça portuguesa	7	
4 A praça brasileira	8	
		Conclusão 10
		Bibliografia 10

© 2020, Bruna Kisathowski Fiss & Mafalda Nesi Francischett.

© 2020, Universidade da Beira Interior.

O conteúdo deste artigo está protegido por Lei. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública

ou transformação da totalidade ou de parte desta obra carece de expressa autorização do editor e do(s) seu(s) autor(es). O artigo, bem como a autorização de publicação das imagens, são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Introdução

A PRAÇA possui a função de integrar socialmente os cidadãos, pela cultura e por outros motivos comerciais, políticos e sociais. É espaço de ação e de reflexão sobre as transformações sociais históricas, que permite o encontro dos diversos grupos, a troca de experiências, que dá forma a vida social. (Viero; Barbosa Filho, 2009).

Para compreender a praça como um ambiente de relevância social, é necessário buscar na história a sua origem. Ela surgiu com a construção e a organização das cidades, pois a população necessitava de um espaço coletivo. A primeira estrutura de praça, com registros, foi a Ágora Grega. A sua influência colaborou na constituição das praças europeias, inclusive a portuguesa que é um dos pilares da constituição da praça brasileira, juntamente com a influência da praça indígena. (Caldeira, 2007).

Na Antiguidade, nas praças ocorriam debates políticos e a demonstração de toda ordem social. Na Idade Média nasce a praça no Brasil, pelo surgimento da praça indígena. Mas somente na Idade Moderna, com a intervenção da colonização portuguesa, a praça brasileira se constituiu na estrutura que se apresenta atualmente, nas cidades.

Sobre os aspectos relativos a função que a praça desempenha nos períodos históricos, Mumford (1982) menciona de que sobre o surgimento e estruturação das primeiras cidades nasce a Ágora grega. Nesta se balisaram as modificações ocorridas nos espaços públicos. Weimer (2012) exemplifica a organização, das aldeias indígenas, que caracteriza a estrutura da praça brasileira. Caldeira (2007) faz uma retrospectiva da função que a praça desempenhou no decorrer do processo histórico até a Idade Contemporânea. Sennett (1995) descreve a crise do espaço público e privado, que está relacionada ao comportamento do sujeito nas estruturas sociais, inclusive na praça. Já, Bakhtin (1999) apresenta o papel que a praça desempenhou na Idade Moderna, quando foi palco da expressão popular.

A função da praça é produção das catego-

rias do espaço: estrutura, forma e processo. A estrutura consiste no conjunto de objetos, ou seja, tudo o que esta na superfície da terra, incluindo a herança natural aos resultados das transformações do homem. A forma se define pelos grupos sociais, por meio da atribuição de uma função que é constante e dependente do processo histórico. Os processos sociais e históricos produzem eventos, estes geram necessidades e transformam o meio. (Santos, 2017).

A seguir abordamos o surgimento das praças, as modificações ocorridas e o modo como ocorre o uso e a função.

1 A praça no tempo das civilizações

Os primórdios do que conhecemos por praça, surgiu na Grécia, no século V A.C., em forma de Ágora. Local onde se reuniam os cidadãos – eram excluídos os escravos e as mulheres – com intuito de promover debates e discussões. A Ágora grega possuía características de pátio aberto, de formato irregular, rodeado por edifícios públicos e administrativos, onde se situava a sala do conselho da cidade (*bouleuterion*) e onde funcionava a câmara privada para os chefes oficiais do magistrado, onde guardavam documentos antigos sobre questões políticas e civis (*prytaneion*). Em um dos lados funcionava uma espécie de mercado com teto amparado por colunas, chamado de *Stoa*. (Mumford, 1982).

O Fórum Romano, onde se localizavam os principais edifícios do poder e templos, também desempenhou papel importante na vida urbana. Neste local aconteciam as atividades de mercado, se realizavam encontros políticos, cultos e disputas atléticas. Entretanto, se diferenciava da Ágora por ser um espaço vinculado ao Imperador e à sua representação política. O Fórum Romano estava ligado a topônimo do espaço, uma vez que recebia o nome do seu fundador. (Caldeira, 2007).

A Ágora era pública, por isso usada pelos feirantes. No centro se encontravam barracas cobertas provisoriamente onde o campônês feirante exibia seus produtos e realizava

a troca por outras mercadorias. (Mumford, 1982).

A Ágora despertava sentimentos de liberdade, igualdade e fraternidade, nos frequentadores, uma vez que era um espaço de socialização. Por isto desempenhou um papel importante na vida social, nas cidades. (Caldeira, 2007).

A partir do século VII, com a introdução da moeda – como meio de troca comercial – as atividades econômicas, na Ágora, começaram a expandir. As pessoas utilizavam o espaço comercial em busca de riquezas e, em Atenas, essa pressão sobre a Ágora fez com que a assembleia popular, órgão de fiscalização do poder, necessitasse de um espaço maior e houve a troca da Ágora pelo monte Pnix. (Mumford, 1982).

Nos países latinos o que chamam de *plaza*, *campo*, *piazza*, *grand-place* teve suas origens na Ágora. Também espaço aberto que englobava, em suas redondezas, os cafés e os restaurantes que colaboraram para os encontros, as conversas e as discussões. (Mumford, 1982).

No século XIV a vida pública começou a ser concebida como uma obrigação formal. Pois, tudo que era oficial, como cerimônias, anúncios de leis, as necessidades militares do imperialismo, os contratos rituais com outros romanos, ocorriam nos espaços públicos. (Sennett, 1995).

Além dos eventos oficiais, a praça representou o local da interação social, por meio das festividades populares. (Caldeira, 2007). Os torneios de cavalaria também ocorriam na praça. Praticados na Europa setentrional, do final da Idade Média até o século XVII, com as exibições militares. A praça da Idade Média se manteve como o espaço do mercado, onde os produtos passavam de mão em mão entre vendedores e compradores. Eles se submetiam as mesmas normas morais, prezavam pela segurança, equidade e estabilidade ao invés do lucro. (Mumford, 1982).

No final da Idade Média e no Renascimento a praça agregava discursos de liberdade e franqueza do povo, por meio das interpreta-

ções em altos brados e dos espetáculos organizados. Ali a palavra do povo tinha sentido e significado, por isso neste período, passou a ser um local de encontros incomuns. (Bakhtin, 1999).

O escritor francês François Rebelais estudou o vocabulário dos sujeitos da praça no período do Renascimento. A praça era o espaço da cultura popular, os sujeitos se comunicavam informalmente, com um objetivo em comum, a liberdade. A linguagem que se ouvia na praça era diferenciada daquela da Igreja, da corte, dos tribunais ou da literatura oficial.

A praça pública era o ponto de convergência de tudo que não era oficial, de certa forma gozava de um direito de “extraterritorialidade” no mundo da ordem e da ideologia oficiais, e o povo aí tinha sempre a última palavra. Claro, esses aspectos só se revelavam inteiramente nos dias de festa. Os períodos de feira, que coincidem com estes últimos e duravam habitualmente muito tempo, tinham uma importância especial. (Bakhtin, 1999, p. 132, grifos do autor).

Rebelais era um grande observador da feira, presente no espaço da praça, ele fazia referência a feira de Lyon na França que ocorria por quinze dias, quatro vezes ao ano. Nesta feira, ocorria um ambiente carnavalesco, de grande alegria, festividade, onde se ouviam risos, muitos dialetos, espetáculos de rua, tabladados (comédias), onde erguiam palcos no espaço central e o povo se acomodava em volta. Ainda, as folias estudantis através de bailes e procissões carnavalescas. (Bakhtin, 1999).

Na praça atores, estudantes, comerciantes, entre tantos, tinham voz. O espaço anunciava a liberdade do povo. Por isso, tornou-se importante no sentido de expressar a igualdade. O inferior e superior o sagrado e o profano ocupavam o mesmo lugar. Mas para além do significado de sociabilidade, a praça exibia o poder da lei. Eram comuns os julgamentos e execuções públicas (Caldeira, 2007). Os men-

sageiros anunciavam à população o início e o fim da guerra. (Bakhtin, 1999).

No período do Renascimento o ambiente urbano se torna objeto de estudos. As praças, ruas e avenidas passam a ser o principal foco de transformações e reformas. Esse fato ocorre devido o surgimento da burguesia que admite novas atitudes frente ao espaço público, aos Tratados de Arquitetura e Urbanismo e ao Modelo de Desenvolvimento de Cidade Ideal, que passou a valorizar a estética urbana. A praça adquire uma organização visando a ordem e a disciplina dos elementos que a compõe, então assume uma simetria rigorosa. (Caldeira, 2007).

O sentido de público, no Renascimento, assume com característica coletiva, se resume na vida dos sujeitos que ocorre nos ambientes exteriores ao lar. Ou seja, “Público significava aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto privado significava uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos”. (Sennett, 1995, p.30).

O público da cidade se tornou o espaço de contato de conhecidos e de estranhos, pois aglomerava grande quantidade de pessoas (Sennett, 1995). Era exigido determinado comportamento de quem sociabilizava nestes espaços.

A linha divisória entre vida privada e vida pública constituía essencialmente um terreno onde as exigências de civilidade – encaradas pelo comportamento público, cosmopolita – eram confrontadas com as exigências da natureza – encarnadas pela família. Os cidadãos viam conflito entre essas exigências; e a complexidade dessa visão residia no fato de que se recusavam a preferir uma em detrimento da outra, mantendo ambas em um estado de equilíbrio. Comportavam-se com estranhos de um modo emocionalmente satisfatório, e no entanto permanecer-se à parte deles, era considerado em meados do século XVIII como um meio

através do qual o animal humano transformava-se em ser social. (Sennett, 1995, p. 33).

As experiências que a socialização no espaço público permitiam era, principalmente, a formação da personalidade do ser social. Esta visão de socialização, como experiência individual, aparece com o conceito de sujeito cosmopolita, aquele que transitava em meio à diversidade de pessoas, despreocupado em seguir um determinado comportamento imposto pela família. Por isso, público neste período adquire significado do que se passa fora do ambiente do lar. (Sennett, 1995).

Na metade do século XVIII o sentido de espaço público se altera devido ao desequilíbrio entre a esfera pública e privada. Isso ocorreu pelo enfraquecimento da visitação dos burgueses, nestes espaços, que começam a frequentar outros locais como: cafés, *boulevards* e jardins. Ocorre o fenômeno de esvaziamento dos espaços públicos, atrelado ao enfraquecimento do seu valor simbólico. Ao mesmo tempo que se abriam os parques urbanos como espaços para passeios e encontros, abriram os cafés, restaurantes, teatro e óperas, com venda aberta de entradas, que antes eram vendidas exclusivamente sob convite de aristocratas. Este fator incentivou o decréscimo no movimento dos espaços públicos em direção ao crescimento na visitação em espaços privados, impulsionado pelo aumento da burguesia. (Sennett, 1995).

No século XIX houve divisão de domínio imoral de gênero sobre os espaços públicos. Para as mulheres o espaço público era o local da desgraça onde poderiam vir a perder a virtude. Para o homem este espaço representava a liberdade, pois ali poderia se desligar da repressão e autoridade que estava associada a sua figura como pai e marido, no lar. (Sennett, 1995).

A estrutura da praça se modificou, pois a cidade em sua totalidade, deveria refletir o avanço tecnológico sucedido pelo desenvolvimento industrial. Espaços urbanos como as ruas foram organizadas de forma a propiciar

o fluxo contínuo e a praça, conseqüentemente, adquire função de espaço de passagem. (Caldeira, 2007).

Portanto, se torna espaço da passagem com o surgimento dos veículos particulares, com o sentido de que o automóvel leva os sujeitos de um ponto à outro, numa condição de liberdade e movimento sagaz. A função da praça se modificou devido a modificação do comportamento social, que prezou pela agilidade. (Sennett, 1995).

Assim, o tráfego de automóveis reduziu os espaços públicos à espaços de passagem de pedestres e para estacionamento e o sujeito perdeu a atração pelo espaço público. Em Paris na França a abertura dos *bulevares* reduziu os espaços arborizados das vias e canais por estacionamento. Esse processo ficou conhecido de “religião dos automóveis”, espaços destinados ao usufruto dos sujeitos são consumidos por automóveis. (Mumford, 1982).

Portanto, com o advento da revolução tecnológica houve o enfraquecimento da função da praça, como local destinado a sociabilidade. Sua estrutura foi modificada e adquiriu novas tendências arquitetônicas que facilitaram o fluxo de pessoas por entre seu espaço. (Caldeira, 2007).

Sennett (1995) aponta que no século XIX houve a chamada crise da vida pública, caracterizada pelo isolamento e desligamento do sujeito do espaço público. Isso ocorreu devido dois fatores, um deles se refere às estruturas privadas e outro relacionado à experiência pública na formação da personalidade. As estruturas privadas inibiram o sentimento de relação do sujeito com o espaço social que está inserido. Este fator caracterizou a negação da vida pública, provocada principalmente pela priorização da vida particular associada à sagacidade do cotidiano. Acreditavam que o sujeito formaria a personalidade através da interação com o meio, associada á formação do homem cosmopolita. Portanto, o receio dos sujeitos ao contato com a vida pública colaborou no seu isolamento. (Sennett, 1995).

No século XX a função da praça como um

espaço vazio é reforçada, decorrente da implantação de planos viários e complexos sistemas de circulação urbana. O plano térreo do transporte perde sua característica, pois a tecnologia permite explorar espaços subterrâneos e aéreos. A praça neste período se caracteriza como um enorme espaço vazio entre o barulho dos automóveis e a vida fora dela. (Caldeira, 2007).

A praça ficou legada à escala monumental devido o seu esvaziamento, porém, com a mudança nas políticas de intervenção urbana o espaço público retoma a sua ênfase. Ocorre um resgate da qualidade dos espaços públicos, expressa em ações de intervenção sobre espaços centrais, históricos e espaços reabilitados de pequenas praças. (Caldeira, 2007).

Portanto, a partir destas intervenções políticas urbanas, expressas por meio dos processos de revitalização dos espaços públicos, que busca resgatar e readmitir valores simbólicos ao espaço, a praça reassume a função de espaço da coletividade. A partir daí, se torna ambiente da sociabilidade, onde ocorre a recreação, a convivência de pessoas que procuram finalidades diversas (econômica, cultural, política, social). (Caldeira, 2007).

A praça adquiriu diversas funções no decorrer do tempo histórico, aliadas as mudanças nos costumes da população e ao desenvolvimento da tecnologia. Para compreendermos o contexto particular do surgimento da praça brasileira e sua função é necessário compreender o surgimento e a influência da praça da aldeia indígena e a praça portuguesa.

2 A praça indígena brasileira

Sobre como e quando os indígenas se instalaram no território brasileiro, há registros de uma migração que ocorreu de 12 mil anos passados, do nordeste da Ásia para o continente americano. A forma como se instalaram no território, a localização e a organização das habitações definiu o formato da praça indígena, diferenciada dentre as culturas. (Cunha, 2012).

A organização dos assentamentos indígenas seguiu duas formas: a) habitação unitária, casa-aldeia, casa-tribo ou casa-grande reúne em uma construção todas as famílias e, b) a organização mais comum, a aldeia, que se divide em diversas construções, que são independentes uma das outras. (Weimer, 2012).

Os povos chamados *tupis* se organizavam em habitações unitárias. Este povo era nômade, se aglomerava em núcleos, distribuídos, formando aldeias que possuíam costumes próprios. (Caldeira, 2007).

Na casa-aldeia tucano, o espaço destinado ao dormitório é dividido por família, conforme o *status* que ocupa na comunidade. Na parte central apresenta uma divisão referente ao gênero, homens ocupam a parte da frente da casa e as mulheres a parte dos fundos. Esta tribo habita, ainda hoje, o Alto Solimões no Amazonas. (Weimer, 2012).

A casa-aldeia dos marubo, habitantes da fronteira Brasil e Colômbia, possui duas portas nas extremidades do seu formato. Homens e meninos fazem suas refeições em bancos na entrada. Já, as mulheres em um corredor logo após os bancos. Os dormitórios são divididos por famílias e neles ficam os pertences como redes, cerâmicas, fogão e apetrechos de cozinha. Além da casa-aldeia circundam construções menores, no qual os marubos distribuem funcionalidades (Weimer, 2012). Em ambas casa-aldeia, tucano e marubo, há um espaço central, compartilhado por todos e que é destinado as práticas rituais. (Caldeira, 2007).

Os ianomâmis que habitam a fronteira Brasil e Venezuela, também se organizam em casa unitária, com estrutura para 50 até 200 sujeitos. Na região central há um pátio com uma abertura, que serve para a saída de fumaça e entrada de luz. Neste espaço os ianomâmis realizam seus rituais. (Weimer, 2012).

O povo *guarani*, habitantes do Alto Solimões até as bacias do Paraguai e Uruguai, é o mais estudado entre as culturas, admitem um formato de aldeia com diversas construções. O espaço central da aldeia se chama *Ocara*. No período pré-colonial o formato era

quadrado. Na abrangência exterior da *Ocara* havia quatro construções ortogonais entre si e ordenadas. Por ser um espaço comunitário é considerada uma praça indígena guarani.

A praça central, delimitada por quatro casas-grandes, representava a unidade indissolúvel da tribo, e lá eram realizadas as cerimônias tribais. Em seu centro se reuniam os homens para decidir as atividades que seriam realizadas no dia. Essas atividades consistiam na caça e na pesca, já que lhes competia prover a tribo carne, ou seja, das proteínas. Por vezes, competia-lhes também abrir uma clareira, que servia para a prática da agricultura, de exclusiva competência feminina. As atividades exercidas pelos integrantes de cada sexo eram tabus, o que fazia com que uma parte jamais interferisse nas da outra. (Weimer, 2012, p. 49).

A praça para os *guaranis* é usada para decisões acerca da divisão do trabalho e, onde o aspecto cultural ganha forma por meio das cerimônias. A *Ocara* é vital para a tribo, pois é palco da organização e execução das dinâmicas que mantém a vida indígena. Muitas aldeias, além das povoadas pelos *guaranis*, ainda mantém o espaço da *Ocara* que é considerado sagrado. A *Ocara* com formato quadrado e com quatro construções está presente nas aldeias *tupi-guaranis*, na Amazônia. Já, o povo Assurini da aldeia Xingu manteve a casa-grande, porém a disposição das casas é em círculo. (Caldeira, 2007). Em algumas tribos *guaranis*, essa organização era duplicada, sendo caracterizada por oito casas, duas ao lado de cada quadrado e no centro o pátio. (Weimer, 2012).

As missões jesuíticas impediram a existência da casa grande para os *guaranis*. Isto ocorreu devido aos princípios da religião católica dos jesuítas que iam contra a maneira coletiva ao qual vivia a família *guarani*, pois

na casa grande *guarani* as famílias viviam juntas. Com a entrada dos jesuítas nas aldeias, estes exigiram que os indígenas se organizassem de maneira que cada família vivesse em uma casa. Este fator levou os *guaranis* a adotarem uma nova forma de vida, que incluiu viver em casas jesuítas. (Caldeira, 2007).

Outro fator que colaborou no desaparecimento da casa grande *guarani* foi a impossibilidade de relacionar alguns fatores que são necessários para a sua construção. A sua existência está associada a condições como o acesso à madeira adequada, conhecimentos específicos de técnicas passadas oralmente de geração em geração e o esforço coletivo. Neste caso é necessário quarenta homens convocados pelo chefe da tribo para a construção da casa grande *guarani*. As casas-aldeia se organizavam de forma que o espaço central admitia formato circular, exceto os Xavantes e Carajás, que habitavam o Mato Grosso. As casas-aldeia se organizam em semi-círculo, o espaço central se chamava *warã*, e era onde somente os homens da tribo, se reuniam para discutir assuntos da tribo e para realizar rituais. (Caldeira, 2007).

Na tribo dos Carajás, habitantes da margem do rio Araguaia, o espaço central da aldeia era no formato retangular. As casas eram construídas em duas filas que acompanhavam a margem do rio, e quantificavam até meia centena. Devido o período de cheia do rio, as casas eram construídas com sólida estrutura. O espaço central possuía 5 metros de largura, por mais de 600 metros de comprimento. (Weimer, 2012).

Estes espaços centrais, nas aldeias, são considerados como a praça na nossa atualidade, por ser o espaço em comum, a vida comunitária indígena era praticada nestes espaços.

A existência desse pátio central, ou praça, na ordenação espacial indígena esboça a necessidade que esses habitantes tiveram de hierarquizar seus espaços de convivência, privilegiando espaços de uso coletivo

para a celebração de cerimônias e rituais. Na história das civilizações ocidentais, espaços sagrados ou ritualísticos sempre estiveram presentes nos agrupamentos humanos e estavam vinculados a crenças e ritos próprios de cada cultura, resultando em configurações específicas. (Caldeira, 2007, p. 64).

Este espaço indígena que desempenha o papel da praça se constituiu como o espaço necessário para a convivência dos sujeitos da tribo. Com significado fortemente cultural, utilizado para os ritos e cerimônias, a praça, para eles é um local sagrado. As aldeias indígenas possuem diferentes espaços como a casa, o oratório, o poço a via e a praça. Sendo que a casa é o espaço da família, já a praça é para o encontro cívico representado nas aldeias pelo conselho de anciãos organizado pelo chefe da aldeia. Portanto, as noções de governo, direito e justiça se concretizam nesse local. (Mumford, 1982).

A praça nas aldeias indígenas é centralizada e de significado coletivo. Independente da tipologia de organização da tribo, casa unitária ou diversas construções. Extremamente importante para a dinâmica da tribo, pois é necessário um ambiente onde os sujeitos se encontram para dar voz e prática as atividades da cultura indígena.

3 A praça portuguesa

A localização da praça portuguesa está ligada diretamente ao núcleo da cidade, associada a elementos como vias e ruas principais, edifícios institucionais e muralhas. Além dos elementos morfológicos que colaboraram para a formação da praça, na malha urbana, a sua formação esteve sujeita a aspectos sociais. Assim, foram considerados o uso e a apropriação da sociedade por este espaço e os aspectos hierárquicos.

A praça portuguesa passou por dois processos de formação. A espontânea no século XIV, quando surgiu, naturalmente, nos con-

glomerados portugueses, em espaços marginais vazios próximos aos portais das muralhas. Por isso, não há modelos a se considerar neste período, pois não havia uma estrutura rigorosamente denominada praça. E a formação formal, na Idade Moderna, incentivada pelos movimentos populares e pela implantação de Códigos de Leis e Forais, que exigiam a reestruturação dos espaços urbanos. (Caldeira, 2007).

Nos fins do século XV surge um movimento de reforma do espaço da praça elevando o seu significado cultural na cidade.

[...] observou-se uma nova postura em relação às cidades, traduzida no “entendimento dos espaços urbanos como palco de manifestações culturais”. Esse entendimento foi seguido por uma nova conduta por parte dos dirigentes, cujos objetivos visavam à implantação de um processo de modernização do espaço urbano e arquitetônico. (Caldeira, 2007, p. 43).

Juntamente com a valorização estética a praça passa a abrigar os aspectos simbólicos e funcionais, através de monumentos que fazem referência aos conjuntos arquitetônicos de importância para a sociedade, como casas de Câmara, Igrejas Matriz e Hospitais. A praça que envolveu os edifícios institucionais demonstrou o poder do estado, que se encontrava bem enraizado e passa a ser o marco urbano simbólico, conceito que ainda perdura na atualidade. (Caldeira, 2007).

No século XVIII através das Cartas Régias e os Autos de Fundação, as cidades não somente portuguesas, tiveram por obrigatoriedade rigidez na estruturação do urbano que culminou na modificação do espaço praça. Com isso, foi organizada com um formato quadrado e retangular no centro da cidade. A cidade passou a se desenvolver no entorno da praça. (Caldeira, 2007).

O formato da praça manteve uma simetria rigorosa, característico das exigências de tais normas. Neste espaço se instalaram os con-

juntos urbanos, edifícios institucionais que representavam o poder religioso e do governo. A Praça da República de Viana do Castelo em Portugal é um modelo da representação do poder governamental e religioso, mas não obedece a um formato geometricamente bem definido. Este fato ocorreu devido à própria formação da cidade, o interior da muralha não disponibilizava de novos espaços para novas praças. Pois já havia uma praça, a praça da Matriz, que surgiu no século XV com a inserção da Igreja. No século XVI, Viana do Castelo expandiu para além da muralha, então surgiu novos espaços, inclusive a Praça da República. O surgimento desta praça definiu o novo centro da cidade. (Caldeira, 2007).

A Praça da República representa o poder religioso e o poder do governo, pois abriga a Igreja e a Prefeitura. É um exemplo de espaço formal fundado por meio da reestruturação da cidade e de uma forte presença do aspecto hierárquico. Quando havia uma única praça na cidade a igreja, a casa da Câmara, a cadeia e o pelourinho se localizavam no mesmo ambiente. Mas quando havia duas praças estes conjuntos urbanos eram distribuídos, numa se encontrava a casa da câmara, cadeia e o pelourinho, este associado à presença da câmara, e na outra se centrava a Igreja com o cruzeiro no centro. (Caldeira, 2007).

A estruturação da praça portuguesa culminou em praças multifuncionais, nas quais os conjuntos urbanos desempenharam função cívica, religiosa e comercial. Esta herança se alastrou pelo Brasil com a colonização dos portugueses.

4 A praça brasileira

A praça brasileira surgiu pela influência da colonização dos portugueses na América, que mantiveram a tradição urbanística do seu país ao estruturar as cidades. A instalação das cidades brasileiras seguiu princípios de formação e não exatamente um padrão diretamente relacionado as estruturas das cidades portuguesas, pois a cidade precisou se adaptar as condições do local em que tendia se instalar. As cidades

construídas pelos portugueses possuíam a particularidade de respeitar as características do território em que ela se implantava. (Caldeira, 2007).

A praça brasileira se constituiu no período colonial, do século XVI ao XIX, com a formação das aldeias e assentamentos indígenas, e na formação das vilas e cidades urbanizadas. A forma que ocorreu a colonização portuguesa determinou a organização territorial brasileira, pois quando os portugueses ocuparam o território brasileiro introduziram em suas projeções influências das aldeias indígenas. Principalmente no que se refere ao aproveitamento dos recursos disponíveis, que demandaram técnicas indígenas. Como a relação natureza-localização da aldeia e o posicionamento dos cômodos da casa lavadeira e cozinha. (Caldeira, 2007).

Os jesuítas tiveram um papel importante no processo de interação dos indígenas com os portugueses colonizadores, no que se refere a modificação do território dos nativos. Eles adentraram às tribos e o primeiro ato era a instalação de uma cruz no meio da *Ocara*. Após, ocorria a construção de uma igreja em frente desta cruz. Este fator estabeleceu um padrão de construção das vilas que se deu em seguida, com uma praça de função religiosa. As primeiras praças brasileiras tinham a função de demonstrar a crença religiosa, devido à presença no Brasil colonial das diversas ordens religiosas. A praça se organizava de maneira a valorizar a igreja e ali aglomerava os fiéis que em suas redondezas construíam suas casas. (Caldeira, 2007).

As praças religiosas brasileiras recebiam denominações padronizadas: “*Praça Matriz, Terreiro de Jesus, Largo do Carmo, Largo São Francisco, Praça da Sé, indicam a diversidade de praças religiosas que constituíram nossa paisagem urbana.*”. (Caldeira, 2007, p. 81).

O pelourinho foi inserido na praça por ordem do Estado em contraposição à Igreja, então o espaço da praça começou a ser palco das execuções públicas dos escravos. Os po-

voados também foram formados priorizando a defesa territorial, nos morros das faixas litorâneas. A localização era de acesso dificultoso e facilitava o controle das vias marítimas e fluviais, a delimitação do território contava com muralhas. Os núcleos destas cidades possuíam duas zonas chamadas baixa e alta. Na cidade alta se encontrava o poder institucional, político, militar e religioso e as habitações dos cidadãos de maior poder. Já a cidade baixa incluía as habitações comerciais dedicadas ao comércio e a pesca marítima e as habitações do restante do povo de menor poder. A cidade de Salvador se constituiu inicialmente desta forma. (Caldeira, 2007).

A estruturação da praça, no Brasil, seguiu dois formatos: a) formato orgânico: marcado pela formação espontânea e, b) formato formal: baseado nos documentos das Cartas Régias e Autos de Fundação. Nestes incluem regras sobre como proceder a implantação de ruas, edifícios institucionais, praças, formato das quadras, fachadas dos edifícios e a inserção de áreas verdes para a contemplação e lazer. A Praça Municipal em Salvador-BA, a Praça da Sé em São Paulo-SP e a Praça Santos Andrade em Curitiba-PR foram estruturadas formalmente. (Caldeira, 2007).

A presença de simetria dos canteiros da flora é característica primordial destes modelos de praça. A jardinagem estava presente nas principais praças das cidades e definiu um novo uso para este espaço. De praça histórica, do trabalho, do poder do estado, para uma praça contemplativa, utilizada para a recreação, para o encontro e sociabilidade. Devido a esse novo uso, o espaço do mercado foi realocado em edifícios próprios. (Caldeira, 2007).

A praça no Brasil surgiu com os indígenas, antes mesmo do território ser chamado Brasil. Pois, os nativos no período pré-colonial já disponibilizavam um espaço de uso comum. Porém, a praça brasileira, que atualmente notamos, é resultado do processo de colonização dos portugueses na praça indígena e das referências portuguesas de constituição urbana sobre novas cidades. A praça brasileira admi-

tiu funções diversas, pois também se constituiu em diversas finalidades, devido a forma de colonização e as mudanças históricas, urbanas e sociais.

Portanto, a função está associada às ações dos grupos, que se apropriam do espaço conforme suas necessidades, sendo a valorização do espaço diferente entre culturas. Estas ações definem no tempo uma forma no espaço, conforme a disposição dos objetos, definida pela estrutura. A formação do espaço tal qual com função é o resultado de um processo histórico e social. (Santos, 2017).

Conclusão

A Ágora grega possuía função lazer e cívica, com formato irregular devido o posicionamento dos edifícios administrativos. Portanto, ela surge de uma forma espontânea bem como nas aldeias indígenas, entretanto nesta, o formato é definido, sendo centralizado e com função cultural ritualística.

O formato da praça indígena difere de uma tribo para outra. Nos *guaranis* era quadrada, devido as quatro construções de casa que a cercavam. Nos Carajás retangular, pois as casas são localizadas em duas fileiras paralelas ao rio Araguaia. Na aldeia Xavante, Yawallaiti, Bororo, Tapirapé e Tampitauá o formato é circular, pois as construções se posicionam circularmente para que no meio o espaço vazio formado seja de uso coletivo.

Em Portugal surgiu a praça formal da necessidade de estabelecer espaços para a população se reunir, pois o período se caracterizava por uma movimentação popular, e até então esta função era desempenhada por espaços vazios entre as muralhas. Então surge com a expansão da cidade para além das muralhas e passa a abrigar os principais edifícios da cidade. Por isso admite uma função diversificada: religiosa, cívica e do mercado.

A praça brasileira é um híbrido da portuguesa e da indígena, admite aspectos multifuncionais. A inserção dos portugueses no território priorizou o controle dos nativos e da frota do que entrava e saía do território. Por

isso a religião foi um fator de dominação dos nativos e muitos povoados foram organizados no litoral. A praça admitiu função religiosa quando se referia a dominação indígena, do mercado nas praças formadas nas áreas dos portos, da demonstração do poder em locais altos com a presença de edifícios institucionais.

A função da praça difere entre as civilizações, pois cada praça possui as suas particularidades, associada ao uso que os sujeitos que a frequentam fazem dela. Entretanto, as praças possuem uma característica comum, permitir a integração e a sociabilidade, pois independente do grupo e da necessidade, neste espaço que a vida coletiva ganha forma.

Concluimos que a função do espaço esta relacionada a forma, estrutura e processo. Pois, a forma que o espaço admite depende da disposição dos elementos que o constituem, como foi o caso do formato diferenciado das praças das culturas. Os processos sociais ocorridos nos períodos históricos atuaram modificando o uso em prol das necessidades, portanto, em uma dimensão cíclica e articulada: forma, estrutura e processo.

Bibliografia

- Bakhtin, M. (1999). *Cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais* (trad. Y. Vieira).. São Paulo: Hucitec, 7ª edição.
- Caldeira, J. (2007). *A praça brasileira: Trajetória de um espaço urbano origem e modernidade*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Cunha, M. (2012). *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma.
- Mumford, L. (1982). *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas* (trad. N. Silva). São Paulo: Martins Fontes, 2ª edição.

- Santos, M. (2017). *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 4ª Edição.
- Sennett, R. (1995). *O Declínio do Homem Público: as Tirantias da Intimidade* (trad. L. Watanabe). São Paulo: Cia das Letras.
- Viero, V. & Barbosa Filho, L. (2009). *Praças públicas: Origem, Conceitos e Funções*. *Jornada de Pesquisa e Extensão da Universidade Luterana do Brasil*, Santa Maria-RS. Disponível em: file:///C:/Users/Bruna/Downloads/PRACAS_PUBLICAS_ORIGEM_CONCEITOS_E_FUNCIONES.pdf. Consultado a 13 de abril de 2020.
- Weimer, G. (2012). *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo: WMF Martin Fontes, 2ª edição.